

José Pereira Arouca: de mestre de obras a ministro, sua participação na Ordem de São Francisco de Assis de Mariana

Enviado em:

25/05/2014

Aprovado em:

05/06/2014

Natalia Casagrande Salvador

naticsalvador@gmail.com

Mestranda em História

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O português José Pereira Arouca, nascido em 1731, mudou-se ainda jovem para o Brasil acabando por sediar-se em Mariana, onde desenvolveu uma próspera reputação. Entre seus importantes cargos, além de mestre de obras, responsável inclusive por louvações, foi tesoureiro da câmara, alferes, juiz do ofício de pedreiro. Esse indivíduo setecentista, embora responsável por um grande número de obras arrematadas e construídas na região mineradora, não teve até hoje um estudo que abarcasse um dos principais cargos adotados por ele em sua destacável carreira: o de ministro da ordem Terceira de São Francisco de Assis. Por meio da análise da documentação franciscana exploraremos o percurso do mestre arouquense a partir da arrematação da obra da capela franciscana até conquistar um dos principais títulos dentro da ordem.

180

Palavras-Chave

Mestre-de-obras; Mesa administrativa; Prestígio social

Abstract

The Portuguese mason José Pereira Arouca, born in 1731, moved to Brazil still young eventually ending up in Mariana, where he developed a successful reputation. Among his important roles besides master of construction, responsible inclusive for valuating other masters works, he was accounting officer for the city chamber, lieutenant and mason craft judge. This eighteenth-century individual, although responsible for a large number of works in the mineral region, is yet to have a study that encompasses the most prominent position adopted by him in his remarkable career: Minister of the Third Order of St. Francis of Assisi. Through the analysis of the Franciscan documentation we intend to explore the path which this master took from the beginning of the Franciscan chapel construction to a major title within the order.

Keywords

Stone-mason; Brazilian colonial architecture; Social prestige

Analisando a documentação da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana (VOTSFM)¹, no que diz respeito à construção de sua capela, evidencia-se a constante participação de um membro desta ordem. José Pereira Arouca, português da região do Porto, foi citado no Livro de Termos² a partir de 1763 até o final desse século, mesmo depois de sua morte. O importante papel desempenhado pelo mestre na ereção da capela fica evidente e se torna ao longo dos anos cada vez mais destacável. No presente artigo discutiremos essa e outras questões relativas a um dos mais importantes - embora não suficientemente estudado - mestres de obras da região mineradora.

O cenário no qual José Pereira Arouca se insere começa a se formar a partir da descoberta de ouro no leito dos rios e do intenso afluxo populacional para a região das minas, com o qual surgiram as primeiras associações religiosas leigas na região. Essas associações foram as principais contratantes de mestres e artífices para a ereção de seus templos. Próximo à metade do século se instalaram as ordens terceiras, uma delas, a de São Francisco de Assis, que foi primeiramente instituída em Vila Rica e após o requerimento dos irmãos habitantes em Mariana conseguiu permissão para criação de um novo sodalício na cidade sede do bispado. A partir de 1758, juntamente com o começo das atividades desta Ordem, as reuniões realizadas foram registradas no Livro de Termos, documentando as decisões e atitudes tomadas pela mesa administrativa da Ordem Terceira. Por meio da minuciosa análise dos termos contidos em 208 folhas deste livro (de 1758 até o ano de 1870) pudemos acompanhar o desenvolvimento da construção da sua capela e, em especial, a atuação do mestre José Pereira Arouca no decorrer das obras.

Sobre aspectos da vida de Arouca anterior a sua participação ou não relacionado às obras da ordem franciscana nos baseamos em duas importantes fontes. A biografia escrita por Afonso Costa Santos da Veiga (1999), que apresenta a sua atuação nas diversas obras efetuadas em Mariana, e o levantamento documental de Ivo Porto de Menezes (1978), que também aborda essas obras, por meio de transcrições de documentos. Além destes pesquisadores, a historiografia concernente aos mestres de obra e em especial a José Pereira Arouca normalmente se baseiam em atas de arrematação e livros de receitas e despesas, nos quais os

1 Atualmente sob custódia do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

2 AHCSM,1758-1870.

contratos são confirmados pelos pagamentos realizados e condições estabelecidas. Observamos isso, por exemplo, na publicação de Judith Martins (1974) na qual ela examina e transcreve os pagamentos a variados artistas dos séculos XVIII e XIX, incluindo José Pereira Arouca. Tais fontes, embora importantíssimas ao trabalho do historiador que pretende reconstruir o percurso de um dado mestre de obras, tendem a focar em momentos específicos de uma construção, tais como arrematações, conclusões de etapas ou da totalidade da obra e louvações realizadas consolidando a completude da mesma. Diferentemente desses trabalhos, nossa abordagem, que busca explorar as variadas informações contidas nos Livros de Termos, permite uma visão mais ampla do cenário no qual se inseriu esse mestre de obras e das inter-relações estabelecidas entre ele e os e seus comitentes. Explorando tais facetas, torna-se inevitável uma percepção mais ampla da participação dos indivíduos diretamente ligados à construção da capela. A partir da nossa análise, pudemos interpretar os acordos e desacordos que ocorreram na duração da obra e a forma como se sucedeu o incremento de prestígio de Arouca dentro desta ordem terceira.

182

Mas antes de entrar para a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, nosso mestre veio de Portugal. José Pereira Arouca teria nascido no ano de 1731, filho do casal Manoel Pereira Flor e Mézia de Pinho. E, segundo a documentação (MENEZES, 1978: 81), foi batizado na freguesia de São Bartolomeu da Vila Arouca, em Portugal – daí o cognome. Ainda jovem, emigrou para o Brasil, e em 1753 ele já se encontrava trabalhando nas obras da Capela de São Pedro dos Clérigos de Mariana, ao lado de José Pereira dos Santos. Ao longo de sua vida trabalhou em diversas obras na região. Como arrematante e mestre de obras, podia assumir diversas empreitadas ao mesmo tempo colocando seus oficiais e seus subordinados (ALVES, 1997).

A primeira referência ao mestre na documentação franciscana ocorre em 11 de agosto de 1762 no livro de termos data na qual registram que “se tinha ajustado a obra de pedra e cal com nosso irmão José Pereira Arouca”³. Neste mesmo termo se estabeleceu que o mestre de obras ficara responsável por “conservar o risco [da capela] até o fim da obra para na entrega dela ser a dita obra examinada e louvada”. A partir deste momento, Arouca assume, como mestre de obras, o encargo de tomar todas as providências necessárias para a construção da nova capela. Foi acordado

3 AHCSM , Livro de Termos da VOTSFM, fl.33v

que para a completude da obra receberia a quantia de 41 mil cruzados⁴, a serem pagos em diversas parcelas. A primeira das quais, no valor de 666 oitavas e meia e seis vinténs de ouro, quantia que pode ser confirmada no Livro de Despesas⁵ da mesma Ordem Terceira.

Por algum período não se discute a atuação do mestre José Pereira Arouca no Livro de Termos, do que inferimos que a obra corria eficientemente e sem impasses. Uma confirmação dessa situação pode ser observada no Livro de Despesas que registra o segundo pagamento feito na gestão do ano de 1764 à 1765⁶. No ano seguinte, ocorre o terceiro pagamento no valor de 669 oitavas e meia e sete vinténs e meio de ouro.

Em 1767 Arouca reaparece no Livro de Termos do qual apresentamos o trecho abaixo:

“Aos três dias do mês de maio de mil e setecentos e sessenta e sete [...] apresentou o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca seu requerimento pedindo-lhe mandou pagar aquele pagamento, como também **os acréscimos que tinha feito** que constam do rol que apresentou[...] e vista a informação de Nossos Caríssimos Irmãos administradores da obra Miguel Teixeira Guimarães e Antônio Álvares Vieira, em que declaram estar nos termos de se fazer o dito pagamento, e **pela louvação que houve** dos acréscimos que uma e outra coisa faz a soma de um conto, seiscentos e vinte e dois mil e vinte e cinco reis [...]”⁷.

183

A partir desse excerto constatamos não apenas o pagamento de outra parcela do valor total prometido ao mestre, como a ocorrência de “acréscimos que tinha feito” nas obras da nova capela. Tal situação confirma a maleabilidade da aplicação do risco pelo qual, teoricamente, deveria seguir o mestre de obras, conforme vários autores já discutiram anteriormente. Dentre eles, Germain Bazin explica que:

“Era bem difícil acontecer que o autor do risco fosse também o arrematante; por isso, sempre o mestre-de-obras fazia alterações nas plantas do arquiteto, o que, aliás, é comum em todos os trabalhos de construções em todas as épocas, o que faz de tais construções obras coletivas [...] todas as modificações introduzidas nos riscos originais eram melhorias acrescentadas a estes, não porque apresentassem falhas, mas porque, em certos casos, **é somente na hora da execução**

4 Neste período, um cruzado equivalia a 400 reis. 1.200 reis equivaliam a 1/8 de onça de ouro. Portanto um cruzado = 1,19g de ouro.

5 Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro Preto (AHCP), Livro de Despesas da VOTSFM, fl.14

6 AHCP, Livro de Despesas da VOTSFM, fl.17.

7 AHCSM, Livro de Termos da VOTSFM, fl.70, grifo nosso.

que se constata a impossibilidade de realizá-los conforme o projeto.” (BAZIN,1983: 46, grifo nosso).

O último comentário da citação, destacado por nós, a respeito das modificações no risco original, encaixa perfeitamente no contexto das obras da Capela de São Francisco de Assis, fato que fica muito evidente ainda em outros termos dentre a documentação os quais apresentaremos mais adiante.

Porém, as tais modificações sugeridas pelo mestre não foram de início compreendidas pela mesa administrativa da Ordem. Em documento de seis de setembro de 1767:

se determinou uniformemente que o nosso irmão síndico não continuasse mais com pagamento algum que pertença a José Pereira Arouca, mestre da obra, [...] por não ter as paredes dos corredores na igualdade em que se acham as da capela, enquanto não constar o contrário pela escritura do ajuste e determinação individual dos nossos irmãos procuradores da mesma obra[...].⁸

Neste mesmo termo foi escrito que “o dito mestre temerariamente⁹ não ande publicando” que não havia recebido pagamento, pois já havia recebido “dinheiro demais” para as obras em questão. Consultando um dicionário da época, a expressão utilizada (temerariamente) tem nesse contexto uma conotação pejorativa, e indica-nos a avaliação negativa que a mesa tinha em relação ao mestre. Estes, porém, eram os primeiros anos da construção da capela e com o passar do tempo e o desenvolver das obras esta opinião iria se modificar drasticamente.

Apenas dois anos depois desse impasse são citadas outras modificações no risco original:

Foi proposto o requerimento do mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca a respeito de ser conveniente o acrescentamento na largura da sacristia e noviciado três palmos e fazer cunhal de pedra lavrada no canto que fica para a banda destas casas e no principio da parte do corpo da Igreja e juntamente deixar duas portas uma da parte da sacristia outra da parte do noviciado para estas casas terem comunicação com a nova igreja, o que ouvido pela mesa geral que para este efeito [...] foi dito era justo se fizesse o referido acrescentamento assim nas paredes da sacristia e noviciado como também as portas.¹⁰

8 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl.70v.

9 Temerário: Arrojado, sem consideração nem reflexão no em que se mete. Temeridade: Excesso de atrevimento. Audácia sem juízo. In: Bluteau, 1712-1728: 70-1.

10 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl. 75.

Além de obter resposta positiva, os procuradores da obra permitiram que as modificações fossem feitas “sem escritura e condições de toda a obra”.¹¹

Devemos destacar que o “acrescentamento” intencido por Arouca foi antes proposto à Mesa, a partir do que se acatou o pedido do mestre. Diferentemente da situação de 1767, Arouca soube então abordar a mesa de forma a conseguir uma resposta positiva. Isso poderia indicar um amadurecimento do artista para as relações sociais e melhor estratégia de interação com a Mesa Administrativa. Veremos essa habilidade do mestre se desenvolver cada vez mais.

Em termo de 1770 Arouca articula com a Mesa o valor a ser pago pelos referidos acréscimos feitos na obra:

Foi proposto que era preciso o ajustar com o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca na forma determinada no termo retro, o quanto lhe havia de dar pelo acrescentamento de três palmos na largura da sacristia e noviciado e ouvido o dito mestre disse que lhe haviam de dar noventa oitavas de ouro pelo dito acrescentamento e pelos dois cunhais de pedra lavrada da parte da rua e os dois da parte do quintal”.¹²

185

Pedido para qual: “se determinou na dita Mesa que o referido pagamento se fizesse”.¹³ Esse mesmo termo registra a elaboração de uma petição por parte do Mestre Arouca em relação ao feitio das paredes dos corredores, tema que havia antes sido questão de conflito entre as partes.

Nos anos que se seguiram observa-se o registro de outros pagamentos feitos ao mestre de obras, porém sem maiores detalhes. Como de praxe, a construção da capela começou pela capela-mor, sacristia e noviciado.¹⁴ Estas três dependências foram concluídas e entregues em 1777 para que a capela pudesse ser louvada e utilizada pela Ordem. O restante da obra, contudo, continuaria a ser construído por ainda muitos anos.

Conforme consta no “Termo de Mesa pelo qual se faz aceitação da capela-mor, sacristia e casa do noviciado ao mestre da mesma José Pereira Arouca” datado de 9 de dezembro de 1777:

11 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl.75.

12 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl. 76.

13 AHCSM , Livro de Termos da VOTSM, fl. 76.

14 Normalmente a capela começava a ser construída pela capela mor e adjacências. (BAZIN, 1983)

Pelo mestre da obra da nova capela Jose Pereira Arouca foi proposto que visto ter satisfeito as condições da fatura da capela-mor, sacristia e casa do noviciado, pelo que toca a sua perfeição interiormente, da mesma se lhe devia fazer aceitação, visto ter esta Venerável Ordem entrado para ela e estar se servindo da mesma: e que não tinha duvida a que se metessem louvados para estes averiguarem se estava ou não no que se acha feito conforme o risco e condições com o que ajustou a mesma obra e logo por todos uniformemente foi determinado que da mesma capela-mor sacristia e casa do noviciado pelo que toca internamente se davam por entregues independentes de louvações que não se convinham mais que a despesa por entenderem estar tudo feito com perfeição e ainda algumas coisas com acréscimo. E de como fizeram aceitação da dita obra independente de louvação sem embargo de qualquer determinação que tenha havido em contrário mandaram lavrar este termo em que assinou a mesa com o aceitante e o dito Mestre José Pereira Arouca como ‘entregante’.¹⁵

186

Observamos que neste documento de entrega parcial da obra, Arouca está satisfeito com seu trabalho e, pelo que aparenta, a Mesa da Ordem também, considerando as obras internas “entregues independentes de louvações”, ou seja, sem a necessidade de qualquer parecer de outro mestre de obras. Logicamente, devemos considerar a disposição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em reduzir os custos o quanto possível (no caso com a contratação de louvados), algo inclusive destacado no termo. Porém, a louvação era considerada uma etapa fundamental da entrega da obra, o momento no qual o trabalho do artista seria julgado por seus pares e aprovado ou não.

O fato da Ordem ter renunciado esse passo demonstra, no mínimo, a aprovação e confiança que depositavam no trabalho do Mestre José Pereira Arouca.

Poucos anos depois, novo conflito ocorreria. Em documento de 20 de junho de 1781:

[...] se determinou que o Irmão Procurador Geral cuidasse logo em fazer descer os autos de Vila Rica contra o Mestre da obra José Pereira Arouca para obrigar a continuar com a mesma metendo oficiais a custa dele, quando não queira continuar[...].

Devemos considerar que um mestre podia arrematar mais de uma empreitada ao mesmo tempo, não precisando necessariamente estar todos os dias no canteiro de obras, pois colocava sob sua gerência oficiais que executavam o serviço. Este caso explicitado no trecho acima indica, contudo, que o Mestre Arouca não havia

15 AHCSM , Livro de Termos da VOTSFM, fl.92

sequer oficiais trabalhando na obra da capela franciscana, tendo sido por isso alvo de um auto que se mandou fazer contra ele. O pesquisador Célio Alves discute essa questão em sua dissertação, segundo ele:

Há, também, uma outra faceta deste relacionamento conflitante entre artistas e encomendantes que se desloca da questão da capacidade técnica do executante para a parte que atinge a sua conduta social e moral como indivíduo. As interferências de outras ligações do artista, provenientes de outras atividades cumpridas no seu dia-a-dia social, são bem contundentes no campo da produção das artes e, em muitos casos, refletem negativamente neste, a ponto da associação religiosa tomar medidas, algumas das vezes drásticas, que visem resguardar o bom andamento das obras. (ALVES, 1997:97).

Isso fica evidente no nosso caso, pois não era falta de habilidade do mestre que o impedia de continuar com a obra, mas falta de compromisso com ela.

A ação contra o mestre parece ter surtido efeito. Dois anos depois disso as obras estavam se desenvolvendo muito bem. O Mestre Arouca estava trabalhando com tamanha dedicação que inclusive percebeu a necessidade de algumas alterações no risco e condições originais, propondo que se fizesse um risco novo para melhor adequar a obra. O que podemos observar no termo transcrito abaixo:

187

Ao primeiro de junho de mil setecentos e oitenta e três no consistório da Venerável Ordem 3^a da Penitência do Senhor Patriarca São Francisco desta Cidade Mariana, junto o Definitório pleno a que presidiu o Reverendo Comissário Visitador Francisco Soares Bernardes o Irmão Ex-Ministro Miguel Teixeira Guimarães e mais Vice-ministros, sendo aí pelo Irmão José Pereira Arouca Mestre da capela, foi proposto que a empena constante do risco com que rematou a dita obra e mais frontispício e torres tinham bastantes defeitos, os quais se pediam agora emendar, o que sendo ouvido pelo definitório e visto o novo apontamento, que por isso se fez: pelo mesmo definitório foi uniformemente aprovado que se desse nova forma ao frontispício e torres, seguindo em tudo o dito apontamento ou novo risco, que para isso se fez, que logo se assinou[...].¹⁶

Um novo risco feito por José Pereira Arouca significaria uma mudança substancial no projeto inicial (que havia sido produzido por José Pereira dos Santos, outro importante mestre de obras). A Ordem demonstra com isso estar disposta a confirmar a nova feição do frontispício, inteiramente a Arouca. Conforme outros autores já explanaram, modificações no risco original eram comuns, pois adequações iam sendo realizadas no decorrer das obras, com a percepção de

16 AHCSM, Livro de Termos da VOTSFM, fl.102

incoerências ou descompassos nos planos iniciais. Segundo D'Ângelo:

[...] o projeto ou “risco” inicial era entendido como uma linha geral a ser seguida, mas não entendida como algo fechado que não pudesse ser adequado, modernizado, ou como se dizia na linguagem da época “emendado”[...] determinados elementos arquitetônicos e ornamentais eram decididos durante a obra, utilizando o repertório em voga na época da construção[...] (D'ANGELO,2006: 426-27).

Não se fala mais sobre o risco ou modificações nem no Livro de Termos nem no de Despesas da Ordem Terceira de São Francisco, podemos, portanto, apenas especular que de fato a reconfiguração tenha sido feita pelo Mestre José Pereira Arouca.

Seguindo a cronologia dos termos registrados, o próximo documento no qual aparece o nome de Arouca difere bastante dos anteriores no que concerne ao tratamento e ao motivo pelo qual ele é citado. Transcrevemos parte dele abaixo:

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e três no consistório desta venerável ordem 3ª da Penitência em Mesa [...] o **Irmão Ministro o Alferes José Pereira Arouca** e mais definitório [...].¹⁷

188

Com esse documento constatamos que em 1793 Arouca não apenas passa a fazer parte da Mesa administrativa da Ordem Terceira – o que por si só representa um enorme prestígio diante da sociedade colonial – mas encabeça o principal cargo que um leigo poderia possuir dentro da ordem: o de Ministro. Tal informação é de fato gritante pois, de todos os historiadores que já leram esses documentos e que pesquisaram a Ordem Terceira de São Francisco de Assis e a construção de sua capela, esse fato ainda nunca havia sido revelado. O que reitera a importância de pesquisas mais amplas que abordem aspectos além dos pontuais marcos da obra da capela, como as pesquisas que foram conduzidas até o momento.

Tal descoberta muda completamente o contexto no qual se insere José Pereira Arouca. Ele deixa de ser um mestre de obras (o que já seria relevante em questões de arquitetura religiosa) e passa a ter também uma relação fulcral com os indivíduos mais elevados da Ordem Terceira, os outros membros da Mesa administrativa. Sua participação dentro da Ordem não é mais apenas como o responsável pela construção da nova capela, mas também como comandante de

17 AHCSM, Livro de Termos da VOTSEFM, fl.111, grifo nosso

todas as decisões da Ordem, pois, como ministro tinha a palavra final e o voto decisivo.

Segundo os Estatutos da VOTSFM¹⁸, o ministro deveria ser:

De exemplar procedimento, abastado, autorizado e inteligente, de forma que sempre se eleja o melhor e mais benemérito eclesiástico ou secular, pois para prelado da Ordem se deve escolher quem saiba encher esse cargo e possa a ele assistir sem falência.¹⁹

Se tomarmos como base tal definição dos Estatutos, percebemos o prestígio que o Mestre Arouca havia adquirido ao longo dos anos dentro da Ordem Terceira. De mestre de obras com comportamento “temerário” e autos contra sua pessoa a “cabeça de todo este corpo místico”.²⁰

De acordo com o pesquisador André D’Angelo: “a vida de José Pereira Arouca nas Minas é a mais bem documentada entre os grandes mestres-de-obras portugueses que aqui trabalharam” (2006: 354). Como pudemos observar com os trechos dos termos apresentados acima, muito se pode descobrir graças a essa farta documentação que ainda existe. Porém, com um suporte frágil como o papel, muito do que foi produzido já se perdeu e o que restou ainda sofre com o desgaste do tempo e do incorreto manuseio por parte dos pesquisadores. Resta-nos portanto agir em prol da conservação desse material²¹, para que em futuras pesquisas consigamos extrair ainda mais informações acerca desse contexto tão rico que foi a construção da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e dos indivíduos que dela fizeram parte.

189

Referências Bibliográficas:

18 Documento que organizava e administrava os cargos e obrigações de cada membro da Ordem Terceira.

19 AHCSM, cópia dos ESTATUTOS MUNICIPAIS DA ORDEM TERCEIRA DO SERAFIM HUMANO GLORIOSO PATRIARCA SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE MARIANA, transcrita por Maria das Dôres Moraes Almeida. Mariana: 1957, p. 82

20 AHCSM, cópia dos ESTATUTOS MUNICIPAIS DA ORDEM TERCEIRA DO SERAFIM HUMANO GLORIOSO PATRIARCA SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE MARIANA, transcrita por Maria das Dôres Moraes Almeida. Mariana: 1957.p.30

21 Gostaria de aproveitar para destacar o importante trabalho realizado nesse intuito por Cássio Vinício Salles do Arquivo Histórico da Casa Setecentista que (com auxílio do bolsista Pedro Montebello Martins) prontamente aceitou a missão de desinfestar e higienizar todos os documentos que se encontravam na capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, no primeiro semestre de 2012.

ALVES, Célio Macedo. *Artistas e irmãos: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro*. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, USP, 1997.

BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. São Paulo: Record, 1983.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 10/05/2014

BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro; Artes e Trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

D'ANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. 2006. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

190

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. 2v. (Publicações do IPHAN, 27).

MENEZES, Ivo Porto de. "José Pereira Arouca". In: *V Anuário do Museu da Inconfidência*. 1978. pp. 59-96

TRINDADE, Raimundo (Cônego). "A igreja de São Francisco de Assis de Mariana". In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. p.57-77

VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca; Mestre pedreiro e carpinteiro*. 2ª. Ed. Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999